

Código Florestal do Brasil

Santa Catarina - 8/6/2011 - Já não é sem tempo do Congresso Nacional resgatar para si o que lhe foi usurpado, ou pela sua própria omissão, a decisão de legislar sobre grandes temas nacionais, dentre eles a Legislação Ambiental Brasileira.

Diante desse enorme desafio, o Brasil precisa se despir de suas utopias e projetar seu futuro para o próximo milênio, definindo com clareza, transparência e bom senso dois pontos fundamentais, para qualquer nação que se queira respeitar a regularização fundiária e ambiental.

Enfim, a Câmara dos Deputados puxou para si a responsabilidade de fazer uma legislação que encontre um caminho claro e mais transparente para o cipoal de legislação que soma mais de 16 mil atos sobre a questão ambiental brasileira. Os deputados foram a campo, ouviram o Brasil todo em mais de 60 audiências públicas, aprovaram o relatório da comissão especial em junho de 2010, hoje aprovado em Plenário da Câmara que irá para votação no Senado.

Porque demoramos tanto para ter uma nova legislação ambiental brasileira? Por que o Congresso não assumiu antes com responsabilidade e coragem o Código Florestal com a urgência que a sociedade brasileira exige?

Respondo. Porque esse é um país da centralização do poder. O governo deve sim respeito a Constituição, no seu art. 24 e parágrafos que determina a descentralização, dando aos Estados o poder concorrente de legislar.

Porque as ONGs, algumas milhares neste país, dominam os órgãos ambientais do governo federal e não admitem perder o poder, centralizando, e impondo uma legislação única para um país tão diverso e continental.

Porque o governo influenciado pelas ONGs internacionais e brasileiras coloca seus interesses pessoais acima dos interesses do país.

Porque o Brasil assumiu compromissos ambientais internacionais, que não poderá cumprir, mas para ter prestígio no mundo, assumiu lá no exterior deixando em segundo plano os interesses do próprio país.

Porque nossos concorrentes, europeus, americanos e asiáticos temem o potencial do Brasil e a competência dos agricultores brasileiros como o país celeiro do planeta.

Porque setores do governo federal acham que é inconfiável transferir competências, descentralizar os Estados e municípios, autorização para licenciar e fiscalizar as questões ambientais.

Porque o Governo Federal tem dificuldade em reconhecer que o Brasil andou e a legislação ambiental parou no tempo. Que a lei ambiental que está em vigor, não respeita a realidade e a sociedade produtiva, está longe do Brasil real e demandas sócio/econômicas e ambientais.

Porque cada um tem e deve fazer sua parte e cuidar do seu meio ambiente, sem ficar procurando culpados pela degradação ambiental.

Porque o novo Código Florestal não é bom para urbanistas, ruralistas ou ambientalistas, é bom para o Brasil.

Valdir Colatto, Engenheiro Agrônomo, deputado federal, vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso Nacional

COLATTO2011-ARTIGO-CÓDIGOFLORESTAL-JORNAL